ESPAÇO SOCIALISTA

Organização Marxista Revolucionária

Resolução sobre Conjuntura Internacional

Conferência - 2015

1) Quadro geral

A crise estrutural do capital e seu estágio atual é o ponto de partida da análise da situação internacional. No contexto de crise estrutural, as crises cíclicas podem ser vistas como momentos de erupção da crise estrutural, de seu agravamento e busca por mecanismos em que momentaneamente o sistema encontre uma forma de atenuar ou deslocar suas contradições, no entanto por meios cada vez mais de menor duração e mais problemáticos, pois geram outros problemas que vão se somando aos já existentes.

A burguesia e os gestores do capital conseguiram contornar a última grande eclosão da crise estrutural, que ocorreu em 2008, a partir de uma megaoperação de salvação dos bancos, fundos de pensões e empresas por parte dos principais estados nacionais. Essa megaoperação significou segundo alguns analistas o despejo de mais de mais de 5 trilhões de dólares, parte importante que foram incorporados às Dívidas dos estados nacionais. Como dívida é dinheiro a receber, valor a ser produzido e extorquido dos trabalhadores e dos serviços públicos, a austeridade veio para ficar e se aprofundar.

Reafirmamos o que foi dito em nosso documento de 2013: "Além das medidas adotadas indiretamente através do Estado para atacar as condições de vida dos trabalhadores, a burguesia aplicou diretamente uma série de ataques no campo das relações de trabalho, visando impor os custos da crise sobre o proletariado. Esses ataques seguiram duas linhas principais:

- a intensificação do trabalho, ou seja, o aumento dos ritmos de trabalho e/ou do volume de serviço imposto sobre cada trabalhador, visando fazer com que cada assalariado renda mais produção dentro do mesmo período, sem que necessariamente tenha havido incremento tecnológico. Trata-se de um dos mecanismos clássicos para aumentar a extração de mais valia absoluta. Esse processo de intensificação acontece não apenas nos ramos diretamente produtivos, que geram a mais valia, mas também no setor de serviços, nos serviços públicos, etc. Para impor a intensificação do trabalho, a burguesia e seus gestores aumentam o autoritarismo nos locais de trabalho, mecanismos de cobrança de metas e avaliação, assédio moral, atitudes antissindicais e obstáculos à organização dos trabalhadores, perseguição aos ativistas, etc.;
- a precarização do trabalho, por meio da redução salarial, rotatividade da mão de obra (contratação de funcionários novos com salários menores que os antigos), corte de benefícios e direitos, terceirização, contratos temporários, trabalho parcial, autônomo, etc. Esses mecanismos já vinham sendo aplicados há décadas, desde o advento do neoliberalismo, que teve como sua contraparte no mundo da gestão empresarial a chamada reestruturação produtiva, uma reorganização dos processos produtivos que teve sérios impactos na organização e consciência da classe. Com a crise de 2008, tais mecanismos deram um salto em sua aplicação." (Documento Internacional Conferência do Espaço Socialista de 2013 item 3.6).

Com o aprofundamento da crise capitalista, em sua fase estrutural, essas ferramentas da classe proprietária têm se tornado cada vez mais fundamentais como medidas paliativas à queda tendencial de sua taxa de lucro.

No documento aprovado na Conferência do Espaço Socialista de 2013 foi aprovada a avaliação de que: "A crise econômica iniciada em 2007/2008, depois do grande impacto na queda do crescimento mundial em 2009, se encerrou enquanto crise econômica já em 2010, quando teve curso uma forte recuperação da taxa de lucro, devido às medidas tomadas no ano anterior (ataques sobre os trabalhadores, endividamento público e privado)".

No entanto, a partir desta Conferência do Espaço Socialista de 2015, houve o entendimento de que após um curto período, essa "forte recuperação" que aparentava se desenhar em 2013 na verdade se mostrou frágil e instável.

Agora vemos os sinais de um novo momento de agravamento da crise estrutural, uma nova crise cíclica se apresenta no horizonte, cuja intensidade ainda não sabemos, mas que irá agravar todos os problemas estruturais já existentes tornando todas contradições do sistema mais acirradas e visíveis.

Entre esses sinais temos a queda nos preços das commodities e agora das ações da ina, expressando as dificuldades onômicas para seguir stentando seu ritmo de scimento já menor desde a crise 2008. Na Europa, as projeções o de lento crescimento ou agnação, o Japão continua ticamente estagnado, os EUA com um crescimento menor do que antes da crise de 2008 e com muitos fatores de instabilidade entre eles sua Dívida Pública que atinge 101% do PIB.

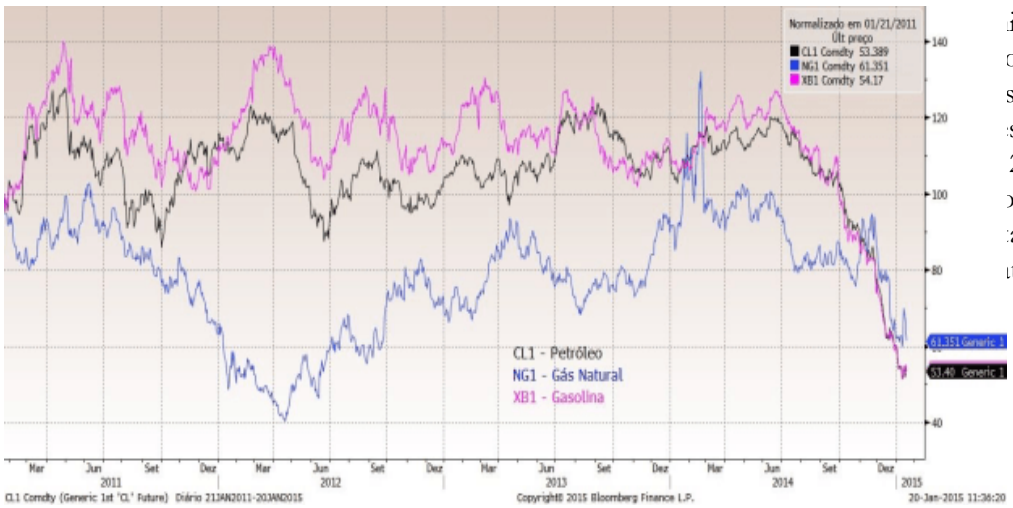

Gráfico 1 - Consumo das matérias-primas relacionadas ao consumo de energia que refletem a atividade econômica

Após a salvação dos bancos e demais empresas, os estados nacionais imperialistas estão com suas finanças comprometidas para alavancar novos ciclos de crescimento econômico. Os estados dos países centrais possuem dívidas astronômicas que se elevam na média a 100 % do PIB (ver gráficos abaixo). Os estados nacionais encontram-se reféns dos interesses do capital financeiro em primeiro lugar.

Parte fundamental do orçamento dos estados nacionais se destina a manter e viabilizar o funcionamento do sistema ao maior índice de exploração possível do trabalho, o que se dá pela proeminência do capital financeiro, a fim de que possa ser extraída a maior quantidade de mais valia possível a ser redistribuída ao sistema, em primeiro lugar o capital financeiro e a seguir a manutenção da própria esfera produtiva do capital (atende também ao setor armamentista).

Assim os estados nacionais colocam-se mais e mais a serviço da burguesia no sentido de impulsionar os ataques aos salários, empregos e direitos sociais básicos como educação, saúde, transporte, lazer, etc. e dessa forma, viabilizar a sucção da mais valia necessária a todo o sistema. Como parte desse processo estão os cortes nos aspectos da máquina estatal que não são de necessidade do capital, e também os gastos de funcionamento e principalmente dos serviços públicos. Os violentos cortes nos serviços públicos também estão a serviço de sua transformação em mercadoria, com a privatização, mais uma forma de abrir espaço para os capitais privados.

Os serviços públicos que restam são colocados de modo muito mais direto a serviço do capital, com a introjeção de sua lógica no interior da esfera pública.

Dívida Pública como porcentagem do % PIB na Europa: Grécia (177%), Itália (132%), Portugal (130%), Irlanda (109,7%), Chipre (107,5%), Bélgica (106,5), Espanha (97,7%), França (95%), Reino Unido (89,4%), Islândia (86,4%), Croácia (80,6%), Hungria (76,9%), Alemanha (74,7%), Ucrânia (71,21%),

O gráfico abaixo mostra a diferença de geração de riqueza (renda per capta) que evidentemente é um índice que encobre a divisão de classe na sociedade, mas mostra grosso modo a capacidade de geração de riqueza de cada país por habitante.

A Europa então é a região com maior permanência e definição dos dilemas e contradições dos aspectos

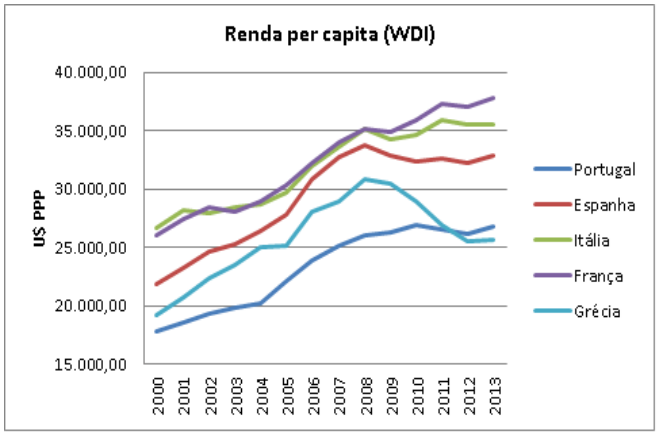

Gráfico 2 – Renda per capta de alguns países da Europa

estruturais da crise do capital. As empresas se deslocalizam, a austeridade se aprofunda e as saídas reformistas aos poucos vão mostrando seus limites.

Em que pese a necessidade de um estudo mais aprofundado em relação às mudanças ocorridas nos fluxos de capital e na divisão internacional do trabalho, é possível identificar uma tendência de reconcentração dos investimentos em produção nos países centrais enquanto nos países periféricos ocorre o reforço das tendências de produção de matérias-primas e trabalho manual e de serviços superexplorado. Nos países subimperialistas aumenta a polarização com o questionamento da sua capacidade industrial adquirida, com crises e readequações que implicam um endurecimento com os trabalhadores, o que inverte as tendências de algumas concessões que eram possíveis em período anterior. Isso aponta para que os países centrais joguem a crise em cima dos países periféricos, e inclusive para os subimperialistas. Mesmo países independentes ou até mesmo próximos aos imperialistas são sucateados e sofrem processo de "redução de seu status" como na periferia da Europa.

Nesse marco da ofensiva sobre os direitos e superexploração ocorre a ofensiva sobre mulheres, negros e LGBT como forma de reforçar preconceitos e ataques, criar condições de subordinação e aceitação de nichos de maior exploração do trabalho direto (oficinas e galpões de trabalho semiescravo ou escravo) e também dupla e tripla jornadas de trabalho, ou indireto (realizando serviços que seriam sociais e deviam ser garantidos por redes públicas). Além disso, fragmenta e hierarquiza ainda mais a classe trabalhadora como um todo dificultando sua unidade e sua luta.

Nesse sentido, vemos também o recrudescimento sobre os setores de periferias das cidades ou bairros segregados.

Esse processo gera reações mais radicalizadas como é o caso do ressurgimento dos Panteras Negras nos EUA e outros. Ainda ocorre no marco de uma desvinculação com os movimentos da classe trabalhadora, mas não deixa de ser uma novidade muito mais radicalizada e que abre chances maiores de evolução à esquerda e com a classe operária à medida que esta entre em cena.

O agravamento da crise estrutural por um lado e a imensa crise de alternativas socialistas por outro é a única forma de entendermos o crescimento da direita ultradireita na Europa e como fenômeno mundial. Trata-se de disputas acirradas de projetos em que para o capital se coloca no limite saídas de controle e repressão totalitárias.

Regiões e países em que os conflitos de classe se acirram, mas que não ganham no imediato essa conotação e onde o proletariado tem dificuldades de se colocar em luta como classe e com seu programa e métodos de luta e formas de organização. Ao mesmo tempo em que ocorre a falência de alternativas reformistas e de coexistência com o capital.

O caso mais dramático é o da Grécia, em que se jogou uma batalha decisiva pela permanência do euro, e a

burguesia europeia (ou seja, alemã) conseguiu impor sucessivos pacotes de "austeridade" ao povo grego, resultando em demissões, cortes de salários, desmonte de serviços públicos, etc. (o PIB do país deve cair 3,8% em 2013). As burocracias sindicais e partidárias, mesmo as "de esquerda" (Syriza), não levaram o enfrentamento até as medidas necessárias de ruptura com o euro e a Troika. A falta de uma esquerda marxista revolucionária tem deixado para os anarquistas o protagonismo do enfrentamento contra as políticas de "austeridade", cuja face mais agressiva é o partido neonazista Aurora Dourada e sua ofensiva contra os imigrantes.

Isso tudo leva ao cenário em que se constituem as alternativas de ultra direita e que só podem ser combatidas no marco das lutas e da unificação mais ampla em unidades de ação para manter as liberdades democráticas e os valores de esquerda e ao mesmo tempo uma delimitação política e organizativa com o reformismo apostando nas frentes de esquerda revolucionária para impulsionar as lutas e ao mesmo tempo elaborar e apresentar saídas programáticas e políticas perante os movimentos e os trabalhadores.

2) Os países centrais e sua reestruturação pós crise de 2008

Desde 2008 com o esgotamento do ciclo de endividamento dos países centrais vimos uma reestruturação produtiva com o acirramento da sobrecarga de trabalho sobre os trabalhadores desses países além de um novo ciclo de investimento na tecnologia que tem sido constante e que, inclusive, se aprofundou da crise de 2008 para cá.

Na Europa se dão os maiores e mais permanentes ataques aos trabalhadores entre os países centrais. Trata-se da destruição da rede de bem estar social e mais do que isso com o aumento desemprego e com a precarização dos serviços públicos, bem como a abertura dos espaços de privatização. No entanto, até agora, prevaleceu a consciência de que o problema são os governos austeros que teriam trazido a recessão e, portanto, a crise. Mas, aos poucos vai se vendo que os problemas são mais estruturais. A Grécia foi emblemática com o endurecimento da Troika no sentido de nenhuma concessão.

A Europa sangra aos poucos e as condições de vida dos trabalhadores se rebaixam desesperadoramente. Apesar das primeiras manifestações da crise terem afetado inicialmente o emprego dos homens, com o desenrolar da crise, a situação das mulheres, como setor já mais explorado da classe trabalhadora, se agravou ainda mais como consequência dessa política. Dentre as medidas, os cortes nas despesas públicas e os aumentos dos impostos se destacam nesse debate.

O emprego é afetado diretamente no setor público e impacta também todo o setor privado. E a já massacrante desigualdade salarial entre homens e mulheres se agrava ainda mais desde o estourar da crise. O relatório da OIT "Tendências Mundiais de Emprego das Mulheres 2012" afirma que:

"No período anterior ao da crise, entre 2002 e 2007, a diferença entre a taxa de desemprego mundial entre mulheres (5,8%) e homens (5,3%). Já no decorrer da crise, de 2009 a 2012, o índice subiu e as mulheres registram 6,4% de desemprego e homens 5,7%. O órgão também indica que no mundo metade das mulheres trabalham nos setores de serviços, um terço na agricultura e um sexto na indústria. Nos países desenvolvidos, cerca de 85% delas estão concentradas nas áreas de Saúde e Educação. Para a OIT, isso indica que há mais limites para as mulheres em suas escolhas de emprego. Ainda assim, ao redor do mundo há cerca de 1,3 bilhão de mulheres no mercado de trabalho. Isso equivale a menos de 40% do total de 3,3 bilhões de trabalhadores." (CTB.ORG).

Em Portugal, por exemplo, de 9% em 2008, o desemprego subiu para 15,7% em 2014. Sob o domínio da Troika, estudos de 2014 comprovam que as mulheres portuguesas são a maioria nas situações mais precarizadas nos setores afetados pelo desemprego de longa duração, pelos contratados temporários, trabalhos de tempo parcial, trabalhos que pagam apenas o salário mínimo e são também a maioria entre os trabalhadores que sofrem de doenças profissionais.

Em 2012 os reflexos da crise internacional e das políticas de austeridade já mostravam maior desemprego entre as mulheres do que entre os homens em dez países da União Europeia: Eslováquia, Eslovênia, Espanha, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Malta, Polônia e República Checa. Na Espanha e na Grécia, mais de um quarto da mão de obra feminina estava sem emprego já em 2011.

Por ocuparem historicamente pelo mundo os postos de trabalho mais precarizados, serem alvo do trabalho informal e temporário, as mulheres são as mais vulneráveis e quando surgem as recessões são as primeiras a cair no desemprego. Também ocorre a questão da diferença salarial: na Espanha, por exemplo, já em 2010, o salário das mulheres já era 78% do salário dos homens.

Outro dado alarmante, na Grécia, por exemplo, a partir de maio de 2011, a taxa de suicídio entre as mulheres aumentou quase 36% e se manteve até 2012 (http://bmjopen.bmj.com/content/5/1/e005619). Há também outra situação muito preocupante: pesquisas apontam que com a queda de 1% do PIB houve um aumento da mortalidade infantil, de cada mil meninas nascidas vivas, 7,4 morrem. Para os meninos esse número cai para 1,5 mortes (página do ES "A austeridade sai mais caro para as mulheres").

Assim, em vários aspectos se dão os conflitos da classe trabalhadora e torna-se evidente que a possibilidade de concessões estão praticamente bloqueadas, ou seja, o sistema necessita avançar na exploração para cortar as mínimas conquistas do passado.

3) Ondas migratórias e xenofobia

Em um contexto de crise econômica mundial, o cerco se fecha ainda mais para os setores mais massacrados de nossa classe e os campos de refugiados pelo mundo têm

crescido assustadoramente. São centenas de milhares de trabalhadores à margem da sociedade, sobrevivendo em condições subumanas e dependendo da ajuda de ONGs. O campo de refugiados de Zaatari, na Jordânia, abriga mais de 80 mil sírios e já completa 3 anos, vivendo com menos de 100 dólares per capita por mês(http://nacoesunidas.org/acnur-maior-campo-de-refugiados-do-oriente-medio-enfrenta-dificuldades-com-aumento-numero-recem-chegados/). Milhares de trabalhadores, em sua maioria de regiões da África, têm se lançado ao mar em embarcações precárias durante o ano de 2015 em com a esperança de chegar à Europa. As notícias de acidentes com dezenas ou centenas de imigrantes mortos já viraram rotina. A crise capitalista maltrata os trabalhadores dos países periféricos e perpetua a maldição histórica, jogando nas costas dos negros mais e mais exploração. A barbárie é a tendência e a alternativa oferecida pelos patrões é a ideologia da ultradireita, com a sua violência contra a classe trabalhadora, sua xenofobia e seu fascismo. Impõe-se a necessidade da unidade, da solidariedade e da organização internacional dos trabalhadores em defesa do socialismo e contra todo tipo de xenofobia.

➢ Por uma ampla campanha em defesa dos imigrantes de todo o mundo!

➢ Impulsionar a organização dos imigrantes em associações e organizações independentes dos governos e patrões!

➢ Pela garantia de entrada dos imigrantes e refugiados em qualquer país! Pelo fim das travessias clandestinas!

➢ A culpa da crise é dos patrões! Por uma ampla campanha contra a xenofobia! Unidade e solidariedade entre os trabalhadores!

➢ Trabalhadores de todo o mundo unidos contra os patrões e governos, que os ricos paguem pela crise!

4) Estados Unidos

Nos EUA, vemos a tentativa combinando os ataques internos com a possibilidade de transferir parte de sua crise com as políticas imperialistas para os países médios e periféricos. Isso é possível por os EUA terem o poder de emissão do dólar, serem a sede de muitas transnacionais e possuírem tecnologia muito avançada, fatores que permitem abocanhar partes gigantescas da mais valia produzida em outras partes do mundo.

Desde 2008, os EUA vêm apostando em uma emissão de trilhões de dólares, de modo a conseguir diversos objetivos fazendo uso de sua relação de moeda mundial:

Ao colocar sua taxa de juros próxima a zero e emitir trilhões de dólares, os EUA abriram um novo ciclo de endividamento privado e provocaram no primeiro momento uma desvalorização da moeda estadunidense que levou muitos a falarem em fim do dólar como moeda mundial. É verdade que alguns países a abandonaram, mas os resultados mais tangíveis foram a condição dos EUA repassarem aos demais países moeda mais fraca, pela quitação de parte de sua Dívida, ou recompra de Títulos da dívida pública estadunidense. Além disso, conseguiu se tornar mais competitivo no curto prazo pela desvalorização de sua moeda frente a todas as demais moedas. Por último, essas imensas quantidades de dólares desvalorizados foram parar nas reservas internas de cada país que em troca forneceram riqueza real para os EUA. Hoje, uma parte maior das reservas internacionais está em dólares, de modo que isso serviu para comprometer ainda mais todos os demais países com a saúde da economia estadunidense, inclusive e principalmente a China, sua maior credora.

Isso também foi possível porque o acordo do G20 previa também o incentivo ao endividamento dos países periféricos secundários (os chamados BRICs) para dar vazão às mercadorias dos países centrais principalmente, embora não apenas, aos EUA. Além disso, os EUA conseguiram, através de sua pressão e diplomacia, uma série de tratados bilaterais com países e blocos que lhes permitiram aumentar seu raio de exportações.

Ao mesmo tempo passaram por uma grande reestruturação em suas fábricas, cujo símbolo foi o fechamento de várias unidades da GM e demais empresas para com isso retomar sua taxa de lucro em base a uma produção menor. Nutrindo-se da mais valia das suas transnacionais instaladas em vários países periféricos, os EUA puderam repatriar dólares e riqueza real.

No entanto, a instabilidade marcou o tempo todo essa recuperação. Com a desaceleração maior da China e possivelmente dos demais BRICs, as consequências para os EUA voltam a se repor de modo ainda mais intensas, pois a sucção de dólares ficará mais difícil.

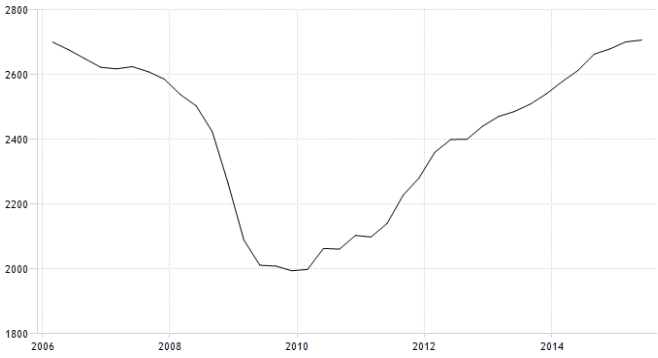

Gráfico 3 EUA – Formação Bruta de Capital Fixo (investimentos ligados à modernização da produção)

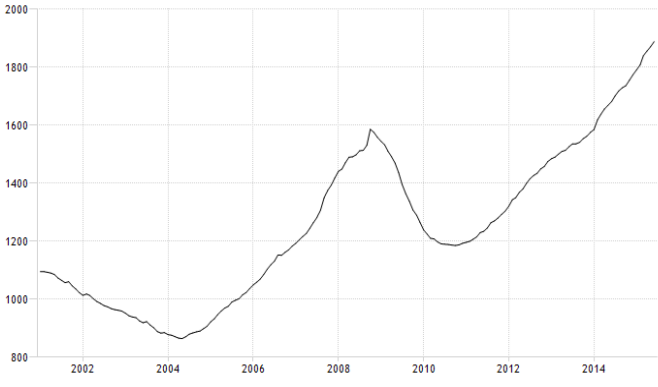

Gráfico 4 EUA – Empréstimos ao setor privado

Isso aponta para um acirramento das tendências diretamente imperialistas como a pressão para a privatização de serviços públicos nos países da América Latina e outros para dar vazão à penetração dos seus capitais. De certo modo, temos o recrudescimento das tendências que já se colocavam com a ALCA em 2000-2001. Com a desaceleração da China, temos que países da América Latina que até então buscavam alguma margem de negociação se reaproximam dos EUA, como é o caso mesmo do Brasil.

Em nenhum momento os EUA deixaram de intervir em outros países como no Oriente Médio e na Ucrânia ,de modo que foram buscando estabelecer suas zonas de influência para possibilitar a penetração de seus capitais ou mesmo criar espaços de fornecimento barato e sustentável de matérias-primas.

Além disso, vêm aos poucos diminuindo a importância do petróleo para sua economia ao apostar no xisto (mais poluente); com a diminuição do valor do preço do barril por sua influência na OPEP (via Arábia, Kwait, e Iraque); e agora com o acordo junto ao Irã, no sentido de que a OPEP continue produzindo a mesma cota de petróleo mesmo com preços em queda, o que geralmente não ocorria no passado.

Contudo, o nível de desemprego nos EUA ainda segue acima do patamar pré-crise de 2008. A precarização dos direitos e das condições sociais avança e se reflete no acirramento da situação dos setores mais intensamente explorados, negros e latino-americanos e mulheres.

No coração mesmo do principal país imperialista, vemos as tendências de superexploração e repressão com sua imensa população carcerária.

Avistamos um processo muito forte de avanço do capital financeiro em busca da privatização de todos os serviços e reservas naturais estratégicas para sua transformação em mercadoria. Isso irá levar a vários pontos de conflitos e lutas de populações nativas em várias partes do mundo, que vivem e trabalham sobre essas atividades da natureza, ou mesmo de serviços públicos..

O Desgaste do Governo de Obama

Seguimos com a caracterização já expressa no documento da Conferência do Espaço Socialista de 2013:

"Internamente, o governo Obama se encontra desgastado, por conta da deterioração das condições sociais dos trabalhadores, e também pela exigência de ataques ainda maiores por parte da burguesia. Nesse campo, o fenômeno do Tea Party, a ala de ultradireita do Partido Republicano,

A recuperação econômica dos EUA e os sinais de uma nova queda

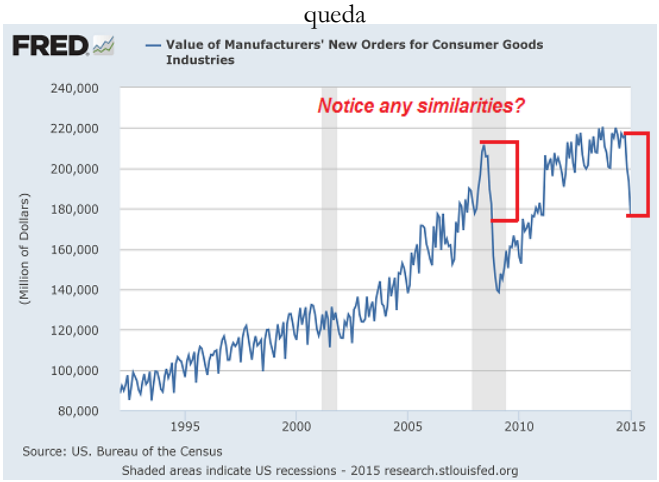

Gráfico 6 EUA – Valor de Manufaturas

tem crescido em peso político e influência. O seu programa mistura um extremo liberalismo econômico, com a exigência de cortes cada vez mais radicais no orçamento social, e um extremo conservadorismo moral, com um recorte fundamentalista cristão, que resulta em maior autoritarismo estatal, revertendo contra os pobres e minorias, contra negros, latinos, asiáticos, muçulmanos, homossexuais, contra o direto ao aborto, etc., e também em legitimação do discurso da "guerra ao terror" e da "guerra às drogas" no plano externo.

Ainda que não seja majoritário, o Tea Party consegue

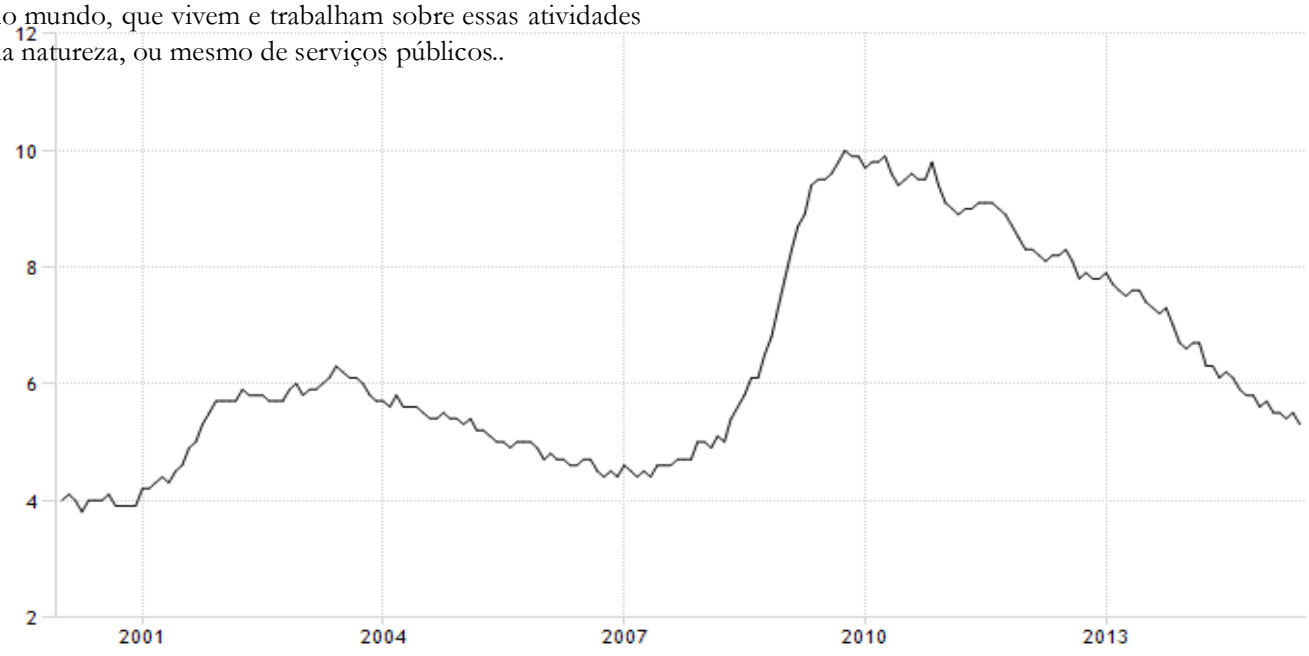

Gráfico 5 EUA – taxa de desemprego

pautar a política estadunidense e empurrar o governo Obama ainda mais para a direita, pressagiando o retorno dos republicanos ao poder numa próxima eleição. O partido democrata cumpriu mais uma vez o papel de impedir o desenvolvimento político independente dos trabalhadores estadunidenses, uma vez que a maior parte das organizações sindicais e movimentos sociais seguem apoiando Obama, não projetando por enquanto algum grau significativo de ações e organizações que expressem independência de classe."

Lutas nos Estados Unidos

Nos próximos anos um dos centros da luta de classes, será na Europa. Nos EUA está em gestação o surgimento de lutas de trabalhadores em que pese a situação imperialista de sua economia. Vemos um salto no acirramento de problemas estruturais e que em outros momentos ficam camuflados como o racismo e o tratamento aos imigrantes e aos trabalhadores temporários. Protestos e rebeliões de negros contra os abusos e assassinatos por policiais têm por baixo todo esse processo de aumento da guetização, da superexploração e o racismo cotidiano. Flórida, Ferguson, Ohio, Baltimore, Carolina do Sul e Chicago são expressões dessa situação.

Após 2008 e com a aproximação de uma nova crise cíclica essas questões se combinam em processos de exploração e dominação de modo a justificar condições de superexploração. Assim, temos visto os fenômenos de ataques racistas da polícia que detonam processos de rebelião. Ao mesmo tempo crescem as tendências de direita expressas com manifestações da Klu Klux Klan, enfrentadas por ativistas do New Black Panther Party.

5) Ofensiva da Alemanha e França sobre as demais economias da Europa. O caso grego mostra as tendências

Após o avanço sem igual da austeridade e ao mesmo tempo da privatização houve uma mostra de até que ponto o capital está necessitando avançar em níveis de incorporação de todas as esferas à privatização direta. A situação da Grécia e as "saídas" encontradas mostram tendência que o capital vai procurar seguir para fazer frente a partir de agora e ainda mais quando da eclosão da próxima crise cíclica.

No caso do "acordo Siriza-Troika" foi acertada a privatização em valores de 50 bilhões e nesse caso cerca de até 1000 ilhas gregas serão privatizadas. Essa será sem dúvida a principal frente de avanço do capital nos países centrais da Europa, a privatização pura e simples de uma série de serviços antes considerados dever do estado e direitos dos cidadãos. Trata-se de um recrudescimento das tendências liberais.

Um das maneiras do capital se colocar de modo mais lucrativo e em termos mais reais é a sua penetração em todas as esferas que ainda não adentrou particularmente na Europa e em todos os ramos de serviços públicos que possam ser lucrativos. Daí inclusive entra o estado em termos das chamadas parcerias, pois neste caso vemos uma imbricação entre o capital privado e a gestão do estado, de modo a garantir as taxas de lucro e o funcionamento assim como o escoamento mais ou menos seguro das mercadorias e com taxas de lucro garantidas e altas.

O processo de privatização também tem a vantagem para o capital de minar a estabilidade e as formas de luta e resistência da classe trabalhadora, particularmente dos trabalhadores dos serviços públicos. Da mesma forma ao acabar com os mínimos direitos sociais como seguro desemprego, moradia, saúde, educação e lazer.

Ao transformar tudo em mercadoria obriga a que os trabalhadores tenham que se jogar ao mercado de trabalho de modo muito mais acirrado aumentando assim a competição, a obrigatoriedade de aceitar empregos precários, duplas jornadas e salários rebaixados.

Portanto, podemos ver que as tentativas do capital para fazer frente a sua crise implicam um ataque cada vez maior aos mínimos direitos que ainda subsistem na Europa e nos demais países.

Nesse sentido o fracasso e posterior capitulação e traição do Syriza ao pactuar com a Troika foi expressivo da impossibilidade de se dobrar ou conter o capital pela via da negociação por mais que se calce em bravatas. Isso vem projetar uma grande sombra sobre as pseudo-alternativas como o Podemos e outras em Portugal.

Na Grécia vimos todo um discurso do Syriza que pregava o fim da austeridade, a soberania e o rompimento com a Troika. Mas ao haver as condições de vitória, foi abandonando se programa e criando alianças com setores cada vez mais rebaixadas. Ao ganhar a eleição para ter maioria no parlamento teve que realizar uma coligação com o partido de direita... É preciso uma disputa a fundo contra os projetos reformistas e seus efeitos daninhos sobre a consciência e prática dos trabalhadores.

Além disso, o Syriza foi confrontado diretamente com a possibilidade de que a Grécia fosse obrigada a sair da Zona do Euro. E como toda direção pequeno-burguesa não teve a política de romper com o Euro por que romper com o Euro significaria mergulhar a Grécia em uma situação de desvalorização imediata de sua moeda, elevando automaticamente as suas dívidas em Euro, reduzindo drasticamente o poder de compra dos salários, o que levaria ou a ruptura com o capitalismo e com um rumo de expropriação do capital sob controle dos trabalhadores ou a uma miserabilidade incrível do nível de vida dos trabalhadores.

Diante dessa possibilidade que assustava os setores médios, assim como da burguesia que ficariam em piores condições de concorrência no mercado mundial caso a Grécia tivesse que deixar o Euro, o Syriza contrariou o Plebiscito e aceitou condições ainda piores do que as previamente estipuladas.

Além dos cortes da austeridade ainda a Grécia terá que vender mais de 1000 ilhas ao capital de modo a poder pagar os juros da Dívida Grega. Esse exemplo da Grécia

mostra até que ponto o capital necessita se apropriar de todas as riquezas para transformá-las em mercadoria como capital financeiro.

Esse mesmo exemplo se põe para países como Espanha, Portugal, Irlanda, Itália que possuem dívidas públicas altíssimas (ver tabela sobre as Dívidas Públicas)

A relação profundamente desigual e de opressão/ exploração da Alemanha sobre outras economias na Europa fica visível quando, embora as dívidas dos demais aumentam, a da Alemanha diminui, mesmo após a gigantesca operação de salvação feita na crise de 2008.

Também é visível a relação de aumento do PIB da Alemanha frente à estagnação ou recessão nos países mais periféricos da Europa.

6) A situação dos chamados BRICs e dos demais países periféricos

Paralelamente a isso vimos nos países periféricos tendências opostas entre si. Os países da primeira camada logo em volta dos países imperialistas são dependentes do fluxo de tecnologia secundária repassadas pelos países imperialistas. Cumprem a grosso modo o papel de plataformas de montagem e exportação de bens, combinado com o papel de fornecedores de matérias primas. (no caso de Brasil, Rússia, Índia, África do Sul, Índia, Coréia do Sul, etc).

Os chamados BRICs juntamente com outros países da segunda camada ao redor dos países imperialistas embora fossem do ponto de vista estrutural componentes da crise pelo excesso de produção em relação à capacidade de consumo do sistema como um todo, ainda puderam cumprir naquele momento imediato (2009 até 2012) o papel de atenuadores da crise, no sentido de que recebiam capitais por taxas de mais-valia e taxas de lucro extremamente compensativas. Esses países se sustentavam na China e Índia com taxas altíssimas de exploração, que faziam com que ao serem países de economia voltada para a exportação, conseguiam com isso ter recebimento de divisas. As transnacionais instaladas nesses países sugavam as divisas pela remessa de lucros aos países-sede.

A partir da crise de 2008 também houve vários movimentos combinados ou não a partir do poder de imposição absolutamente assimétrico dos países centrais em particular dos EUA frente aos países periféricos.

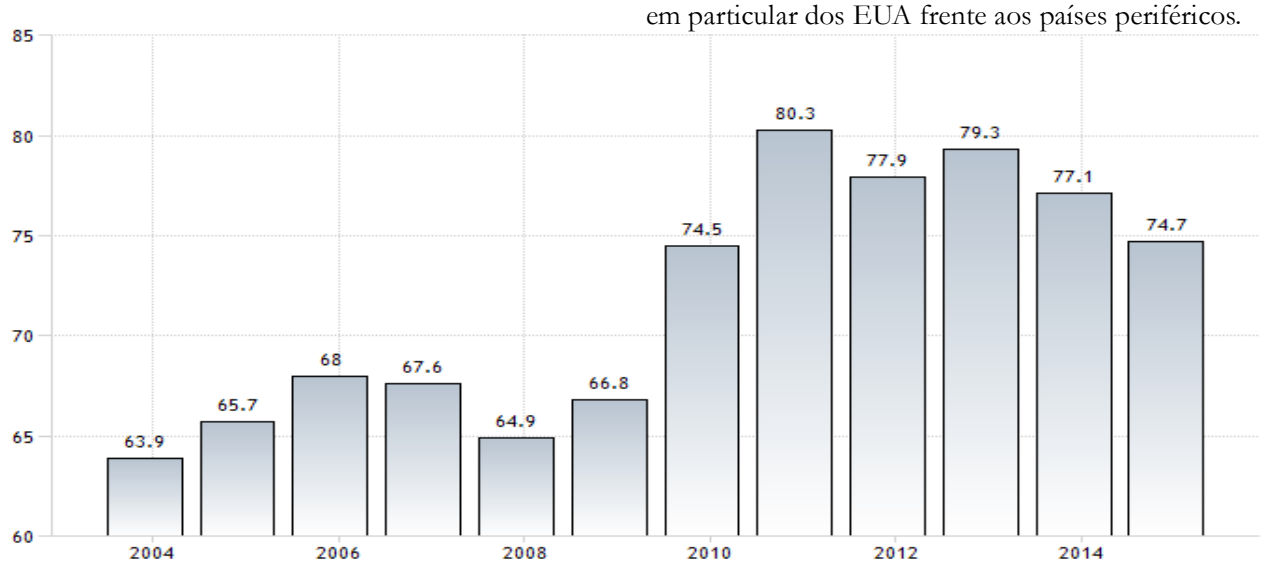

Gráfico 7 Alemanha – Evolução da Dívida Pública como porcentagem do PIB

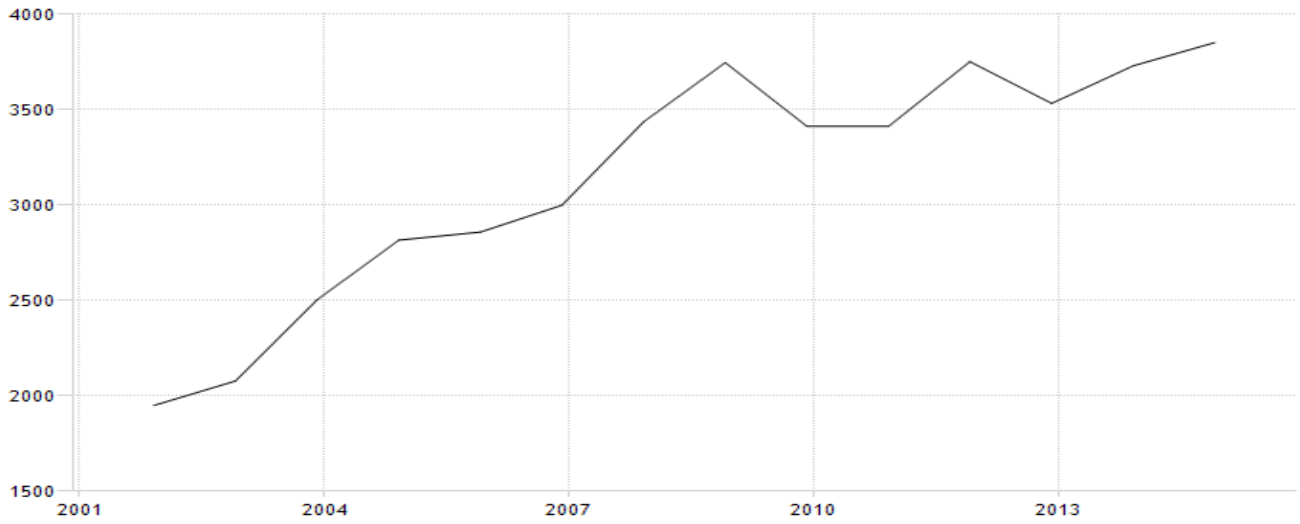

Gráfico 8 Alemanha – Evolução do PIB

Em primeiro lugar a violenta reestruturação produtiva e tecnológica que ocorreu nos EUA e demais países centrais realizando cortes e reestruturações atacando a parte da mais valia que fica com os trabalhadores.

Ao esse processo ter transcorrido em curto espaço de tempo teve o efeito de diminuir o diferencial de lucratividade dos países centrais relativamente aos BRICs, fazendo com que as vendas das mercadorias desses países diminuíssem, ao passo que os países centrais fossem recuperando parte de seu espaço no mercado mundial.

Assim, os maiores países intermediários (BRICs) tiveram que ir paulatinamente apostando no crédito como forma de cobrir o espaço perdido das suas exportações. Como também nesses países havia ocorrido ligeiro aumento de salários e condições de trabalho, passou a haver também a migração de capitais para outros países ou regiões com mão de obra ainda mais superexplorada.

Por outro lado, nas regiões em que o capital se estabeleça as condições tendem a ser tão degradantes que podemos ter lutas como forma de protesto, como greves por reajustes e direitos.

Desde a crise de 2008, com a formação do G-20, houve a emissão vertiginosa de dólares que acabaram indo parar nas mãos dos chamados BRICs e demais países periféricos sob a forma de reservas financeiras. Ao mesmo tempo, houve com isso a desvalorização da moeda e também o aumento da produtividade pelo aumento da exploração dos trabalhadores. Outro fator foi a definição dos países do G-20 em assumir o papel de compradores das mercadorias em excesso nos países centrais de modo a permitir que pudessem ir transitando e administrando a crise.

A China lançou em 2008 um enorme programa de investimento para tentar escapar da recessão mundial. Foi então que tivemos a expansão violenta do crédito público voltados para a infraestrutura e construção civil nos últimos anos, a expansão do mercado acionário. Desde então o crédito por lá explodiu e um sistema paralelo financeiro surgiu.

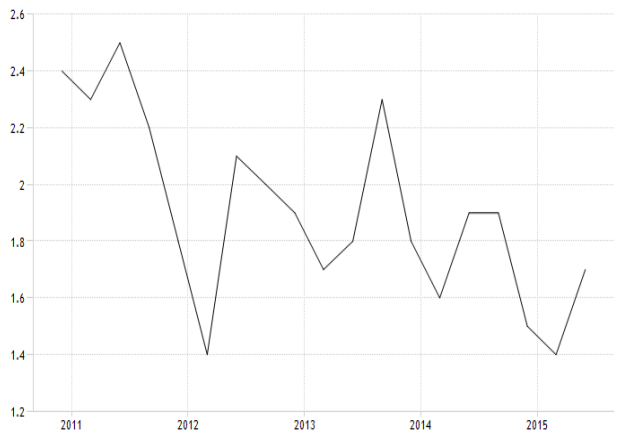

Gráfico 9 China – redução do índice de crescimento do PIB

Entretanto, o crescimento vertiginoso do mercado acionário chinês ganhou contornos altamente especulativos com os derivativos aumentando a bolha especulativa chinesa. Com as dificuldades da economia chinesa em termos de capacidade de gerar taxas de crescimento elevadas, o estouro da bolha pode ser fatal para levar a China a uma crise.

Os empréstimos incobráveis, segundo alguns cálculos, podem chegar a US$ 3 trilhões, um terço do PIB chinês. Mas ao mesmo tempo, o governo anunciou em março o "Novo Plano de Urbanização Nacional 2014-2020" a um custo de US$ 7 trilhões, que prevê um aumento da população urbana de 8%.

Os últimos dados de crescimento mostram que ainda

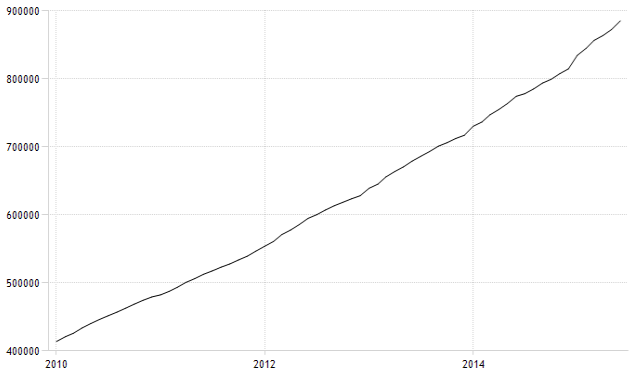

Gráfico 10 China – empréstimos ao setor privado

é o investimento estatal em infraestrutura em busca de atrair novas empresas e formar novas cidades que puxa a demanda chinesa. As exportações têm contribuição bem mais fraca na margem e o consumo cresce a taxas bem menores. Esse modelo de crescimento é insustentável, pois não será possível utilizar tanta capacidade instalada por muito mais tempo. A deflação nos preços de atacado que duram já 36 meses é um sinal bem claro disso.

"O modelo de crescimento dos últimos 30 anos está acabando. Há um excesso de oferta no mercado. Esse excesso de oferta pode ser visto na queda das vendas imobiliárias, que entre janeiro e maio de 2014, baixaram mais de 10%. Só na capital Pequim, a queda foi de 34,8%." http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150322_cidades_fantasmas_china_mj_cc

Na China tudo aponta por um lado para o aumento da superexploração e ao mesmo tempo para a aposta do estado em um processo de endividamento dos trabalhadores e da classe média como forma de tentar minimizar os efeitos imediatos da crise. O Estado também tende a assumir parte desse endividamento de modo a tentar impedir uma estagnação ou recessão. Mas no marco das dificuldades internacionais e dos baixíssimos salários na China, as condições não serão mais de retorno ao período áureo de crescimento da China.

A reestruturação dos países centrais, juntamente com a profunda austeridade que mina o aumento do consumo e também a emissão violenta de moeda dos países centrais e sua consequente desvalorização frente às moedas dos países periféricos tiveram o efeito de reduzir os espaços

para a expansão da China ao ritmo de antes. Assim, tudo indica que o estouro da Bolha da China representa a abertura de uma nova crise cíclica como novo momento de agravamento da crise estrutural do capital.

Assim, os BRICs em geral mostram seu papel subordinado na cadeia geral do capital, pois devem concorrer com as economias da Europa, EUA e Japão em um contexto em que esses países estão se reestruturando, investindo em tecnologia e no armamentismo e expansão de operações militares, ao mesmo tempo cortando os direitos trabalhistas e salários, transformando os serviços públicos e espaços e reservas naturais em mercadoria, acirrando, portanto, todas as contradições sociais, ambientais.

Por outro lado, o capital também se relocaliza para países como México, Vietnã, Paraguai, países com menores salários e piores condições laborais. A própria China vive processos de deslocalização interna e externa ao mesmo tempo em que ocorrem lutas em várias fábricas.

Isso não quer dizer que os chamados BRICs deixarão de crescer economicamente, particularmente a China e a Índia, mas mostra seu papel subordinado e interligado (embora de modo dialético) às tendências da economia mundial e não seu descolamento como alguns defendiam. Ao a crise estrutural se agravar, também vão se gestando e prenunciando processos de luta de classes violentos em países de populações colossais.

Assim, o que temos é uma tendência de alastramento dos efeitos da crise para as demais economias, no sentido de um ataque mais direto às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores também dos chamados BRICs para que possam seguir desempenhando o papel de montagem e de distribuição das mercadorias em um papel secundário, pois os centros de produção de tecnologia e de bens de capital encontram-se nos países centrais do capitalismo.

A China é a principal economia que adquire as matérias primas e alimentos do Brasil. Com o novo momento da crise a tendência já está havendo e aumentará a redução da demanda, o que provocará a redução ainda maior das exportações. A reaproximação do Brasil com os EUA e a diminuição de suas apostas em mercados secundários são reflexos dessa nova situação. OS EUA e demais países centrais buscam por sua vez se apoderar dos mercados em termos de privatização em curto prazo.

No caso de alguns países como o Brasil, mas também a Argentina e Venezuela e outros houve uma tendência de desindustrialização relativamente ao seu PIB. Com a crise e seu agravamento, as operações se reduzem cada vez mais a plataformas de montagens utilizando-se de peças pré-produzidas e também como mercados consumidores para o setor de serviços.

O caso da China em que há uma interligação profunda de capitais tanto pela via do financiamento da Dívida estadunidense como também pela presença de muitas corporações transnacionais na China.

Como parte das desigualdades e dos problemas a se acirrarem no próximo período, a África do Sul foi o principal receptor de investimento estrangeiro direto da África, com US$ 5,7 bilhões, mesmo representando uma queda de 31% em relação a 2013. A seguir está a República Democrática do Congo, que recebeu o dobro dos investimentos, num total de US$ 5,5 mil milhões. O terceiro país africano onde mais se investiu foi Moçambique, que atraiu US$ 4,9 mil milhões.

Essa intensificação da absorção do prejuízo privado pelos estados nacionais será uma das principais tendências do próximo período. Dentre as suas manifestações concretas teremos: 1) o avanço do imperialismo sobre mercados ainda não tão explorados anteriormente 2) a privatização como tendência dominante 3) o do sucateamento dos serviços públicos 4) a austeridade como modelo.

Neste cenário, uma ampla campanha em defesa do serviço público se torna fundamental, não só por se chocar frontalmente contra os interesses das burguesias em todo o mundo, mas também pelo seu potencial de mobilizar os trabalhadores, já demonstrado no último período de lutas contra a austeridade. Por uma ampla campanha em defesa do serviço público! Para isso, não pagar as dívidas públicas! Investir esse dinheiro em planos de obras e serviços públicos que atendam às necessidades dos trabalhadores!

7) Aumento e acirramento das lutas operárias na China

Passados muitos anos em que o crescimento econômico trouxe alguns poucos ganhos salariais eis que as tendências se revertem e podemos estar indo em direção ao que muitos cientistas sociais previam: um ascenso operário na China. Por outro lado a Índia, em condições mais atrativas para o capital do ponto de vista de salários e condições laborais muito rebaixadas, ainda pode oferecer mais algum período de manutenção das taxas de crescimento, mas sem o mesmo potencial exibido anos antes pela China.

Pela primeira vez em 20 anos essa hipótese de ascenso operário na China vai caminhando para se tornar real o que teria consequências sociais e políticas imensas. Isso não quer dizer que vá ocorrer já, mas que pelo menos haverá um aumento significativo das greves e lutas na China sejam por reajustes salariais, condições de trabalho e contra o fechamento de fábricas, etc.

O descontentamento com o governo de Pequim também pode gerar manifestações políticas contra o nível de controle férreo imposto aos trabalhadores e à juventude.

O proletariado chinês, por outro lado, enfrenta as primeiras lutas para se constituir como classe em si, para se organizar por fora das instituições burocráticas do regime, para lutar por melhores salários, menores jornadas, moradia, serviços públicos, direito de ir e vir.

O número de greves, ocupações de fábricas, ocupações de prefeituras e prédios públicos, tumultos, enfrentamentos com a polícia e o exército, protestos e manifestações de dissidência de vários tipos, vem aumentando ano após ano e acelerou drasticamente depois da crise de 2007/2008, mobilizando milhões de trabalhadores. “O número de “incidentes de massas” (eufemismo do governo para

protestos sociais) passou de 8.700 em 1993 para cerca de 90 mil em 2010, segundo estudos respaldados pelo governo." (notícia do site do Globo, 15/03/2012 - http://oglobo.globo.com/mundo/manifestacoes-na-china-se-multiplicaram-por-dez-em-oito-anos-4314482).

Na China a burocracia sindical e do estado tendem a sofrer cada vez mais questionamentos de seu papel de controle e repressão do movimento dos trabalhadores. Há relatos de greves bastante radicalizadas por reajustes salariais e contra o fechamento de empresas que já expressam essa nova realidade que permeia a China dentro do agravamento da crise em nível internacional.

Isso tem provocado inúmeros choques com setores da burocracia sindical ligados ao PC chinês, pois as rodadas de negociação e contenção das lutas pelos sindicatos pelegos não tem dado resultados satisfatórios e sua postura tem sido de contenção das greves, sabotagem ou mesmo repressão física dos trabalhadores e ativistas para que voltem ao trabalho e não ameacem a relação com as empresas.

Essas lutas massivas, porém, não adquirem expressão política unitária, pois são travadas de maneira atomizada, localizada, dispersas por fábrica ou por cidade, uma vez que não há organismos de representação independentes. O processo de maturação política desse proletariado recém-nascido ainda está por ser feito, mas traz o potencial futuro de uma revolução muito mais significativa do que a de 1949, já que poderá acontecer num país transformado em um dos núcleos centrais do capitalismo. Justamente por isso, a burguesia chinesa evita confrontar a burocracia do PC e exigir democracia, como exige o imperialismo, pois esse parece ser o único instrumento capaz de manter o crescente proletariado e o campesinato em pauperização sob controle.

8) Centros de conflito geopolíticos

Passados muitos anos em que o crescimento econômico trouxe alguns poucos ganhos salariais eis que as tendências se revertem e podemos estar indo em direção ao que muitos cientistas sociais previam: um ascenso operário na China. Por outro lado a Índia, em condições mais atrativas para o capital do ponto de vista de salários e condições laborais muito rebaixadas, ainda pode oferecer mais algum período de manutenção das taxas de crescimento, mas sem o mesmo potencial exibido anos antes pela China.

Pela primeira vez em 20 anos essa hipótese de ascenso operário na China vai caminhando para se tornar real o que teria consequências sociais e políticas imensas. Isso não quer dizer que vá ocorrer já, mas que pelo menos haverá um aumento significativo das greves e lutas na China sejam por reajustes salariais, condições de trabalho e contra o fechamento de fábricas, etc.

O descontentamento com o governo de Pequim também pode gerar manifestações políticas contra o nível de controle férreo imposto aos trabalhadores e à juventude.

O proletariado chinês, por outro lado, enfrenta as primeiras lutas para se constituir como classe em si, para se organizar por fora das instituições burocráticas do regime, para lutar por melhores salários, menores jornadas, moradia, serviços públicos, direito de ir e vir.

O número de greves, ocupações de fábricas, ocupações de prefeituras e prédios públicos, tumultos, enfrentamentos com a polícia e o exército, protestos e manifestações de dissidência de vários tipos, vem aumentando ano após ano e acelerou drasticamente depois da crise de 2007/2008, mobilizando milhões de trabalhadores. "O número de "incidentes de massas" (eufemismo do governo para protestos sociais) passou de 8.700 em 1993 para cerca de 90 mil em 2010, segundo estudos respaldados pelo governo." (notícia do site do Globo, 15/03/2012 - http://oglobo.globo.com/mundo/manifestacoes-na-china-se-multiplicaram-por-dez-em-oito-anos-4314482).

Na China a burocracia sindical e do estado tendem a sofrer cada vez mais questionamentos de seu papel de controle e repressão do movimento dos trabalhadores. Há relatos de greves bastante radicalizadas por reajustes salariais e contra o fechamento de empresas que já expressam essa nova realidade que permeia a China dentro do agravamento da crise em nível internacional.

Isso tem provocado inúmeros choques com setores da burocracia sindical ligados ao PC chinês, pois as rodadas de negociação e contenção das lutas pelos sindicatos pelegos não tem dado resultados satisfatórios e sua postura tem sido de contenção das greves, sabotagem ou mesmo repressão física dos trabalhadores e ativistas para que voltem ao trabalho e não ameacem a relação com as empresas.

Essas lutas massivas, porém, não adquirem expressão política unitária, pois são travadas de maneira atomizada, localizada, dispersas por fábrica ou por cidade, uma vez que não há organismos de representação independentes. O processo de maturação política desse proletariado recém-nascido ainda está por ser feito, mas traz o potencial futuro de uma revolução muito mais significativa do que a de 1949, já que poderá acontecer num país transformado em um dos núcleos centrais do capitalismo. Justamente por isso, a burguesia chinesa evita confrontar a burocracia do PC e exigir democracia, como exige o imperialismo, pois esse parece ser o único instrumento capaz de manter o crescente proletariado e o campesinato em pauperização sob controle.

9) Países periféricos fornecedores de matérias-primas

Logo abaixo temos os países completamente periféricos que se inserem na economia mundial apenas pela exportação de alimentos e de matérias primas. (Paraguai, Uruguai, a maioria dos países da África, países periféricos à Rússia, etc.).

Com relação aos países absolutamente periféricos vemos sua posição de fornecedores de mão de obra, matéria prima e alimentos. O acirramento das contradições sociais e políticas nesses países tem como base a queda no preço geral das matérias primas e a consequente diminuição das receitas. Com isso, aumenta a disputa entre as classes sociais internas a esses países, associadas e subordinadas à burguesia financeira internacional.

Mas, alguns desses países passaram a receber investimentos do capital em busca de superlucros, como é o caso de Vietnã, Moçambique, México, Paraguai.

10) O final do boom de commodities na América Latina

Reafirmamos a caracterização do documento da Conferência do Espaço Socialista de 2013: "O pano de fundo para o "nacionalismo de commodities" é a desindustrialização de países periféricos importantes como Brasil e Argentina. Ao invés de promover um enfrentamento com o imperialismo no sentido de reduzir a dependência dos seus países, esses governos consolidaram uma acomodação desses países a um certo papel na divisão internacional do trabalho que retoma a sua antiga função da época colonial, como produtores de matérias primas e consumidores de produtos industrializados."

Vemos que os governos chavistas ou que vieram na sua esteira se baseavam em grande medida em processos de supervalorização das matérias-primas e alimentos (as chamadas commodities). No entanto pós-2008 em que pese a manutenção dos preços dos alimentos houve a redução drástica dos preços das matérias primas como petróleo, gás, cobre, etc, em função da queda do ritmo da economia mundial em relação ao período anterior.

Dessa forma as economias passaram a retomar seus índices de contradição social e de disputa pela riqueza socialmente produzida em cada país. Os projetos reformistas (por dentro do capital) de setores médios como a burocracias de estado e das forças armadas que visavam a redistribuição de uma parcela da renda excedente também junto à população pobre não alteraram a relação de produção entre as classes. À parte, algumas nacionalizações, a estrutura social de classes e a absurda desigualdade permaneceram a mesma ou quase a mesma.

Em todos os países da América Latina com governos de modelo Chavista ou próximos a ele vemos a tendência de retorno à normalidade neoliberal seja pela direitização dos governos ditos chavistas ou pela busca da burguesia de retorno a governos burgueses normais, ou pelas duas tendências combinadas. É o caso da Venezuela em que o governo Maduro, eleito em condições duvidosas por uma mínima margem de votos tem tido muitas dificuldades econômicas, e de sustentação, tendo ido muito mais à direita do que Chávez e aplicado cortes contra os trabalhadores. A inflação aumenta, assim como a corrupção, e os encantos e áurea do Chavismo já não existem.

Em que pese momentos de recrudescimento, a direita tem se aproveitado planejando seu retorno ao poder a partir do desgaste de Maduro e pela via das eleições. No início do ano, após sanções norte-americanas, Maduro endureceu a gestão do estado aprovando na Assembleia Nacional poderes para governar sem a necessidade do Congresso, legislando por decretos em "assuntos de segurança nacional".

Não se confirmou a possibilidade apontada no documento aprovado na Conferência do Espaço Socialista de 2013 de que a "ameaça de golpe militar ou institucional se torna mais e mais presente, depois dos laboratórios de Honduras e do Paraguai, em que governos golpistas derrubaram os nacionalistas burgueses e conseguiram se legitimar por meio de eleições fraudulentas para implantar medidas antioperárias e antipopulares. Um golpe na Venezuela, aberto ou disfarçado, representaria uma grande derrota na América Latina, comparável apenas à restauração total do capitalismo em Cuba (que já caminha a passos largos nas mãos da burocracia castrista, aliada do chavismo)".

Se no período anterior chegamos a ter tentativas e golpes como em Honduras e Paraguai, isso tinha a finalidade de bloquear o avanço desses projetos o que já expressava seus limites. Agora tudo indica que a aposta é no sentido do desgaste e do retorno à normalidade seja pela ação desses mesmos governos que vão cada vez mais à direita e dessa foram se desgastando frente aos trabalhadores ou pelo esgotamento dessas vias assim como o reforço de outras.

Mas se confirmou a tendência para uma "normalização", com a absorção também das antes insurgentes FARCs pela democracia burguesa colombiana, pressagiando uma nova onda de ataques sobre os trabalhadores.

A questão toda é que com um novo momento de agravamento da crise no horizonte, devemos ter a eclosão de movimentos dos trabalhadores e esses governos podem não conseguir segurar o movimento da mesma forma como até então. Isso se por um lado coloca possibilidades para a reorganização dos trabalhadores se desenvolverem por fora do PSUV (na Venezuela, MAS na Bolívia) por outro lado também a direita se recompõe e não está descartada que diante do acirramento da crise possa haver saídas de afastamento desses governos.

E em que pese hoje ser menos provável a tendência de golpes como políticas prioritárias da burguesia, segue vigente a preocupação de que "O movimento socialista deve acompanhar os próximos passos com atenção e lutar contra qualquer possibilidade de golpe, sem deixar de desenvolver a independência política dos trabalhadores contra as correntes chavistas. Somente um movimento independente baseado na classe trabalhadora será capaz de tomar as medidas de socialização necessárias para enfrentar a ofensiva da burguesia e a ameaça de golpe. Construir esse movimento é uma tarefa urgente."

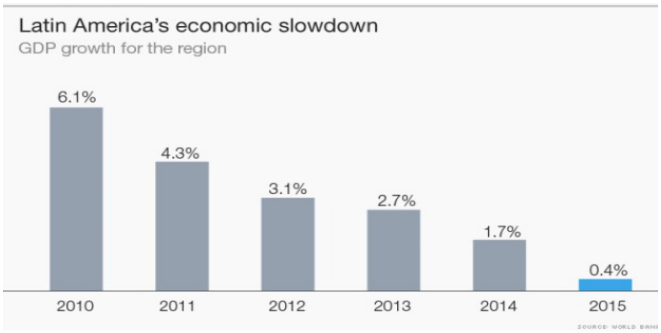

Gráfico 11 América Latina – Crescimento Econômico

(Documento Conferência do Espaço Socialista de 2013)

Diante da direitização desses governos e de seu desgaste cada vez mais a alternativa deve ser uma saída independente dos trabalhadores e de modo algum a defesa desses governos. Nas eleições chamar a construir ou apoiar candidaturas classistas independentes e não os partidos governistas. Caso sejam derrubados por golpes devemos ser contra o golpe, mas sem apoiar esses governos mas defendendo a organização independente, a greve geral.

Nos países mais pauperizados e mais explorados como no Paraguai e México, mas também na África do Sul deve haver a eclosão de movimentos camponeses, ligados à questão do ambiente e também de trabalhadores das maquiladoras, superexplorados.

Na América como um todo, as novas gerações da juventude também fazem sua experiência com os governos e não vêem perspectivas. Isso abre espaço para o aumento da violência, da repressão e, inclusive, para a radicalização das lutas como temos visto no Chile, Argentina e México e outros países e que inclusive dêem um salto à medida que haja a eclosão de uma nova crise cíclica.

Também aumenta a violência contra a mulher, fruto da sociedade patriarcal-machista. Em toda a América Latina o número de assassinados de mulheres subiu e em 15 países aprovou-se a Lei Contra o Feminicídio (Crime motivado pelo ódio. É planejado e cometido como demonstração de posse, força e misoginia), como forma de aprimorar os procedimentos cotidianos de investigação das mortes para julgamento dos assassinos. Em 2014 foram 277 casos na Argentina; 88 casos na Colômbia; 83 casos no Peru; 71 casos na República Dominicana; 25 casos no Uruguai; 20 casos no Paraguai; 97 casos no Equador. E no Brasil são mais de 5500 casos. Nesse último período as manifestações contra o assassinato de mulheres vêm aumentando por "Ni una menos" em vários países latino-americanos. Essas lutas tendem a se confluir com as lutas contra o racismo e demais luta dos movimentos sociais.

Ranking de Investimento Estrangeiro Direto (em US$ bilhões)

País	2014	2013
China	129	124
Hong Kong	103	74
Estados Unidos	92	231
Reino Unido	72	48
Singapura	68	65
Brasil	62	64
Canadá	54	71
Austrália	52	54
Índia	34	28
Holanda	30	32

DÍVIDA PÚBLICA % PIB - LISTA DE PAÍSES AMÉRICA

País	Último	Anterior	Maior	Menor	Unidade	Referência	Período
Jamaica	132.72	135.50	135.50	87.31	%	Dec/14	Anual
Estados Unidos	101.53	100.10	121.70	31.70	%	Dec/13	Anual
Canadá	86.51	87.66	101.70	46.50	%	Dec/14	Anual
Bahamas	73.40	66.20	73.40	23.20	%	Dec/14	Anual
Belize	64.30	64.70	87.10	31.40	%	Dec/14	Anual
Guiana	65.00	63.90	135.70	59.90	%	Dec/14	Anual
Uruguai	62.80	62.10	111.55	54.90	%	Dec/14	Anual
El Salvador	62.38	61.37	62.38	37.35	%	Dec/14	Anual
Brasil	58.91	56.80	63.90	53.40	%	Dec/14	Anual
Costa Rica	58.50	55.88	58.68	36.57	%	Dec/14	Anual
Venezuela	49.80	45.90	71.90	26.30	%	Dec/13	Anual
Nicarágua	49.10	49.80	169.10	49.10	%	Dec/14	Anual
Rep Dominicana	45.79	46.14	46.14	14.43	%	Dec/14	Anual
Argentina	45.60	44.90	166.00	34.50	%	Dec/13	Anual
Panamá	45.60	41.70	115.75	41.70	%	Dec/14	Anual
Honduras	42.63	42.17	68.06	23.07	%	Dec/14	Anual
Trinidad/Tobago	41.20	42.00	58.84	13.18	%	Dec/13	Anual
Colômbia	38.00	35.80	45.63	23.30	%	Dec/14	Anual
Bolívia	32.40	32.60	93.40	32.40	%	Dec/14	Anual
México	30.70	28.60	37.20	17.10	%	Dec/14	Anual
Equador	29.90	24.20	93.20	14.40	%	Dec/14	Anual

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO - LISTA DE PAÍSES

Países	Último	Anterior	Maior	Menor	Unidade	Ref	Período
México	7.573.194,3	5855731.40	20994536.70	-43908.00	USD mil	Mar/15	Trim
Paraguai	58056,64	93040.18	401943.51	-279580.74	USD mil	Dec/14	Trim
Estados Unidos	38004,00	42670.00	40165.00	-4998.00	USD - Milhões	Mar/15	Trim
Canadá	6670,00	20340.00	50740.00	-8175.00	CAD - Milhões	Mar/15	Trim
Brasil	5.397,00	6608.00	15574.35	-22.15	USD - Milhões	Jun/15	Mensal
Panamá	4.653,76	2979.67	4653.76	98.44	PAB - Milhões	Dec/13	Anual
Colômbia	2.825,20	3805.10	6776.20	197.20	USD - Milhões	Mar/15	Trim
Peru	2.247,00	889.00	4146.00	889.00	USD - Milhões	Dec/14	Trimestral
Uruguai	689,10	487.10	872.80	429.12	USD - Milhões	Mar/15	Trimestral
Argentina	418,34	347.34	1454.20	118.66	USD Millions	Mar/15	Trimestral
Equador	178,63	329.82	465.45	-286.05	USD - Milhões	Mar/15	Trimestral
Venezuela	12,00	547.00	3051.00	-2040.00	USD - Milhões	Sep/14	Trimestral
Bolívia	-67,63	-21.55	1023.40	-165.40	USD - Milhões	Dec/14	Trimestral

11) A África e seu papel de fornecimento de matérias-primas e imigrantes aos países centrais

A África continua sendo a maior fonte de imigrantes para a Europa. Setores da população fogem da miséria e da violência no continente, sujeitando-se a travessias arriscadas do deserto do Saara e do mar mediterrâneo, que já levaram a tragédias em 2013. Na Europa, são recebidos com crescente hostilidade e desconfiança, tornando-se alvo de grupos neonazistas, a despeito de que a sua força de trabalho seja necessária para sustentar um continente com taxa de natalidade decrescente e envelhecimento crescente da população. A luta pela unidade dos trabalhadores, nacionais e imigrantes, contra a perseguição e os ataques da ultradireita, é uma das questões centrais da realidade atual.

12) A luta LGBT: avanços e retrocessos nos moldes da burguesia

A pauta pela diversidade sexual e diversidade de gênero tomou as discussões e ações pelos diversos países numa proporção maior que nos últimos períodos.

A defesa dos direitos da população LGBT se tornou pauta dos principais órgãos internacionais e têm-se desenvolvido diversas ações para que se construa uma compreensão acerca do tema.

Porém em situação desproporcional, vemos que os países têm realizado ações díspares a essa questão. Por um lado, os países mais explorados principalmente da África e

Ásia têm mantido ou avançado em leis que pune práticas homossexuais, inclusive com pena de morte. São 78 países em que a homossexualidade é crime, e em 7, é passível de pena de morte. Justamente onde mais se tem exploração temos as elites locais implementando leis mais conservadoras e impondo as (aos) trabalhadoras (es) mais leis duras e violentas.

Nos países do BRICs, vemos um movimento diferente, com exceção da Índia que mantêm leis severas devido a imposição religiosa desse país, os outros têm aumentado as disputas pela compreensão ao respeito à diversidade sexual e de gênero, porém mesmo que a questão ganhe um tímido apoio popular (como no Brasil e China), as ações no marco das legislações têm ocorrido no inverso, há um aumento em leis severas que expressam tanto o poder conservador desses países (como a proibição de manifestações públicas homossexuais na Rússia ou as recentes proibições de discussão da temáticas nas escolas brasileiras) como o levante de vozes conservadoras, seja no grupos organizados (como no Brasil e Rússia) seja no discurso popular (ainda muito legitimado na China). Assim, vê-se que nestes países onde houve um forte investimento, e logo a crise tem se manifestado expressamente, as elaborações por pautas conservadoras tende a aumentar nos espaços da democracia burguesa, limando as possibilidades de garantir direitos civis para essa população.

Já nos países da Europa e nos EUA vê-se um direcionamento a princípio, diferente. Esses países têm aprovadas leis e tomados ações que tragam mais cidadania para essa população, como o reconhecimento do casamento civil. Mas além de defender os direitos LGBT em documentos e em espaços midiáticos, a estruturação de ações que garantam emprego, moradia, alimentação, educação, saúde, etc. não chegam a se concretizar de fato. O reconhecimento social não atinge a defesa de direitos de uma vida plena, são mais manobras que buscam garantir a cooptação dos movimentos sociais e silenciar as pautas de luta; vemos que isso se manifesta em outros países, em proporções diferentes e com as particularidades de seu contexto.

Cabe destacar que a discussão sobre a diversidade de gênero e a defesa das pessoas travestis e transexuais tem sido mais evidente, mas ainda com avanços tímidos, atualmente só 4 países reconhecem a possibilidade legal de não ter em registro o gênero: Nepal, Dinamarca, Alemanha e Austrália. As pautas de luta ainda não se encontram incorporadas aos movimentos organizados, ao passo que a violência contra essa população é a mais freqüente entre os grupos do movimento LGBT.

Assim, vemos a necessidade de que o movimento LGBT, hoje disperso tanto em questão de estrutura quanto política, se organize a fim de defender junto aos outros movimentos os direitos dos (as) trabalhadoras (es), a violência que sofrem é estrutural à organização do sistema de relações de poder nos marcos do capital e que só busca um avanço dentro de suas possibilidades quando se torna favorável o silenciamento dos movimentos sociais e/ou a defesa de sua democracia burguesa, com vozes parlamentares que coloquem a discussão mas que não possibilita as mudanças sociais necessárias de fato à classe trabalhadora.

13) A SUPEREXPLORAÇÃO DA JUVENTUDE E A NECESSIDADE DE LUTAS

Nesse processo de evidência da crise, a juventude está cada vez mais explorada e tem as condições de trabalho mais precarizadas. Segundo o relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 2013, o desemprego entre a juventude chegaria a uma média de 12,9% até 2017. No entanto, em várias partes do mundo, o desemprego já ultrapassou esse limite.

Na Europa, essa taxa varia entre 7% (Alemanha) e 50,1% (Grécia), na África do Sul chega a 26,4%, na Tunísia, onde se iniciou a Primavera Árabe, é de 30%. A América Latina tem uma taxa de desemprego médio entre a juventude de 13,3%, sendo que no Brasil é um pouco mais alta: 15,7%.

Entendemos que o desemprego entre a juventude é uma das consequências da crise e o emprego, nesse caso, está acompanhado do corte de direitos. E ao observarmos esses números podemos considerar que estão acima dos índices divulgados de desemprego do restante da classe trabalhadora em cada um desses locais.

Isso significa que para aumentar os lucros se busca produzir mais com menos jovens, força-se salários mais baixos e favorece o corte de direitos para a classe trabalhadora de conjunto.

Não é à toa que em várias partes do mundo a juventude da classe trabalhadora tem demonstrado a sua rebeldia e negado, das mais diversas formas, os níveis de exploração capitalista. Mostra-se o quanto é necessário construir e unificar a luta da juventude da classe trabalhadora que já está nas ruas e está buscando respostas para as dificuldades que enfrenta.

14) A LUTA CONTRA O DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PRECISA SER INTERNACIONAL

O desemprego estrutural é uma das principais armas da burguesia para impor a superexploração a níveis a cada ano mais preocupantes. Uma nova onda de reestruturações na produção, com demissão e rebaixamento dos postos de trabalho já se desenvolve por todo o globo e tende a se aprofundar como ferramenta da burguesia. A ampliação da terceirização e a naturalização da rotatividade nos postos de trabalho têm ameaçado constantemente os trabalhadores.

A luta contra o desemprego e a precarização precisa ser permanente e internacional. Porém, em períodos como esse, de crises mais agudas, é preciso tomarmos maior cuidado com o risco de que um caráter totalmente defensivo se imponha como um limite às lutas gerais da classe, evitando as armadilhas das burocracias dos movimentos sindicais e populares e dos próprios patrões e governos. Por isso:

- Nenhuma demissão! Por uma ampla campanha internacional em defesa do emprego!
- Contra o fechamento de postos de trabalho!

➢ Estatização imediata, sem indenização e sob controle dos trabalhadores das empresas que ameaçarem demitir ou fechar!

➢ Redução da jornada de trabalho sem redução de salários!

➢ Nenhum direito a menos! Em defesa dos direitos já conquistados e contra toda forma de terceirização e a precarização!

15) O PROCESSO DE RETOMADA DOS REFERENCIAIS ANTICAPITALISTAS E DE LUTA DIRETA

Vai ficando visível para setores cada vez mais amplos das vanguardas que não é possível haver capitalismo sem austeridade e que a austeridade fica cada vez mais apertada.

Cada vez mais fica visível que capitalismo e austeridade são sinônimos. Isso dá lugar a uma consciência anticapitalista entre a juventude e os setores de trabalhadores cada vez mais amplos ainda que não sejam majoritários. Esse processo está em desenvolvimento e percorre o mundo como um todo. A próxima crise cíclica e sua tendência de aumento da austeridade, desemprego, precarização das condições de contratação e trabalho e privatizações generalizadas irá tornar as tendências destrutivas do capitalismo ainda mais visíveis.

O rechaço à austeridade às privatizações, à precarização e desemprego são mais avançados do ponto de vista político do que simplesmente um rechaço ao capital financeiro como víamos em círculos de vanguarda de antes. As experiências que enfrentam não apenas os governos tendem a se alastrar para a luta contra as corporações. É mais um avanço em relação à superação da crise de alternativas, cujo avanço de consciência se dá ainda essencialmente pela negativa. Essa etapa tende a durar um tempo que irá exigir um conjunto de experiências mais ou menos duradoras pela esquerda e pelos vários movimentos.

Ainda estamos no processo de negação e luta contra a austeridade (não contra o sistema capitalista em si), mas cada vez mais vai havendo uma frustração e uma experiência com a estreiteza dos limites que o sistema tem para conceder. Ainda há ilusões em projetos reformistas (como Podemos e outros) que prometem negociar o fim da austeridade ou níveis bem menores, entretanto sem romper com o capitalismo.

No entanto o fracasso dessa estratégia reformista pelo Syriza jogou um balde de água fria nesses projetos, isso não há dúvida, principalmente no caso da Europa em que esse assunto foi acompanhado de perto e com ampla divulgação. Certamente o fracasso da "alternativa" reformista do Syriza terá consequências no sentido de lançar dúvidas sobre a possibilidade do "Podemos" e outros projetos reformistas. O fracasso do Syriza abre um maior espaço para as alternativas de esquerda no sentido da ruptura com o Euro e o capitalismo, embora também abram maior espaço para a própria direita.

Podemos dizer que se iniciou e está em curso um desenvolvimento (ainda em etapas iniciais) de um anticapitalismo sem que, no entanto, se tenha alternativas pela positiva. Essa etapa deve perdurar por todo um período e nesse processo muitas alternativas serão testadas. O aumento da rejeição ao capitalismo é um importante elemento embora não resolva de forma alguma as questões, pois uma coisa é negar o sistema e suas consequências e outra bem diferente é ser capaz de apresentar uma alternativa política e social. Mas o desenvolvimento do anticapitalismo em setores cada vez mais amplos das vanguardas em direção a setores mais amplos é muito importante para o avanço das lutas e para os próximos passos no sentido da superação da crise de alternativas socialistas.

Não sabemos qual o nível de intensidade da próxima crise cíclica, mas o certo é que vai agravar todos os elementos e contradições que existem atualmente e dessa forma pode levar a que setores ainda minoritários da classe operária se lancem à luta por seus empregos e contra a perda de direitos, aumentando a possibilidade de que a classe operária dos países centrais comece a entrar em luta como classe.

As lutas por enquanto se baseiam muito em setores de funcionalismo público e de juventude o que tem sua importância, mas é insuficiente para reverter o quadro e derrotar os planos dos governos.

A entrada da classe operária na arena da luta de classes é o grande elemento de defasagem no aspecto social e político, pois poderia com seus métodos de luta e seu impacto abrir um caminho muito mais largo para os demais movimentos.

As experiências recentes na América Latina e as experiências em curso na Europa só reforçam que não podemos nutrir nenhuma ilusão nas falsas alternativas e na saída eleitoral. Em tempos de austeridade, o reformismo se mostra mais insuficiente do que nunca para atender às necessidades dos trabalhadores. Para além da propaganda, é preciso que se impulsione o avanço da consciência dos trabalhadores rumo ao socialismo também por meio da construção de alternativas concretas de organização capazes de ocupar as brechas que se abrirão em meio à crise dos setores da burguesia. A alternativa socialista precisa tomar forma concreta em ferramentas de organização das lutas em cada região do mundo, de forma independente dos governos e dos patrões.

Coloca-se a necessidade da unificação pela base das lutas imediatas, e formas de organização de base independentes dos governos e burocracias, todo um trabalho de agitação e propaganda políticas junto aos setores com maior potencial com maior permanência experiências de luta e organização, no sentido de reconstrução e reatualização dos referenciais de classe e socialistas. A necessidade dos programas socialistas revolucionários de ruptura com o capital e controle dos trabalhadores, no sentido de sua expansão em um processo de revolução permanente que vá criando uma federação de estados socialistas (enquanto projeto) e revolucionários.

Apenas o processo das lutas dos trabalhadores e da juventude juntamente com a construção de organizações revolucionárias poderá ir gestando uma alternativa de ruptura de esquerda, anticapitalista e socialista.